

O género no discurso das ciências sociais

INTRODUÇÃO

Today, gender slips uneasily between being merely another word for sex and being a contested political term [Oakley, 1997, p. 30].

Nascido no intenso debate que o feminismo da segunda vaga gerou, o conceito de género difundiu-se rapidamente nas ciências sociais, se considerarmos a cronologia de alguns textos de referência, como o de Ann Oakley (1972) para a sociologia, o de Rhoda Unger (1979) para a psicologia social e o de Joan Scott (1988a) para a história. A emergência deste conceito inscrevia-se num processo de mudança nas ciências sociais que não era alheio ao debate político envolvente. Ao considerar o sexo um construto a explicar, em vez de factor explicativo, o conceito de género correspondia, no plano teórico, ao propósito de colocar a questão das diferenças entre os sexos na agenda da investigação social, retirando-a do domínio da biologia, e orientava a sua análise para as condições históricas e sociais de produção das crenças e dos saberes sobre os sexos e de legitimação das divisões sociais baseadas no sexo. Mas a emergência do género inscrevia-se num processo que tornava, ao mesmo tempo, visível uma relação social marcada pela desigualdade que a investigação, a reflexão teórica e a acção política tinham ignorado ou ocultado. De contributo para a abertura de novos objectos de estudo, ou melhor, do retomar, em novos moldes, de uma velha questão, o conceito de género deu lugar, mais recentemente, a uma perspectiva crítica sobre a produção dos saberes em diversas disciplinas das ciências sociais.

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Nos anos 80, o género surge no discurso político-institucional, nomeadamente das Nações Unidas, que tiveram, neste plano, um papel pioneiro, passando depois para os *media*, que o difundem junto da opinião pública. O processo de integração do género nas políticas dos direitos humanos e de luta contra a discriminação baseada no sexo reflecte, no entanto, as especificidades do contexto histórico em que teve lugar e que vieram a marcar o discurso sobre ele.

O princípio da igualdade de direitos entre homens e mulheres, que a Carta das Nações Unidas, aprovada em 1945, em São Francisco, já referia, veio a ser contemplado, em diversos domínios, na Declaração Universal dos Direitos do *Homem*, três anos depois. Mas foi preciso esperar ainda trinta e um anos, até à aprovação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, em 1979, para que, mais do que afirmar, se definissem meios e objectivos para a implementação da igualdade. Para isso contribuíram não só os movimentos de mulheres dos anos 60 do mundo industrializado, mas também as mudanças no resto do mundo e na política internacional, que conduziram à elevação das questões do desenvolvimento para o topo da agenda das Nações Unidas, naquela altura, e que se repercutiram na relevância que o conceito de género adquiriu nas novas abordagens sobre o desenvolvimento (Staudt, 1991; Friedman, 1996 [1992]). A emergência do género e de outros termos¹ no discurso daquela Organização a partir da década de 80, como mostra Katarina Tomasevski (1998), está ligada a uma orientação política que, reconhecendo os obstáculos de ordem cultural e social que impediam o usufruto dos direitos humanos por parte das mulheres, se traduz na adopção de medidas e instrumentos destinados a eliminar a discriminação, em vez de se contentar com a sua proibição.

Só que o facto de o género ter surgido associado à maior preocupação com os direitos das mulheres não deixou de ser aproveitado pelos movimen-

¹ Como o de licença parental, em vez de licença de maternidade, ou o de *mainstreaming*. Este conceito estratégico, proveniente das teorias do desenvolvimento, designa a integração da dimensão do género em todas as políticas e acções e foi adoptado, desde os anos 80, pelos organismos internacionais de ajuda ao desenvolvimento, incluindo os da actual União Europeia, assim como muitas das agências de cooperação bilateral. Aplicado às políticas para a igualdade entre os sexos, destina-se a promover a articulação destas com outras esferas da governação, como acontece actualmente na maior parte dos países da UE, a fim de as retirar da posição periférica a que tendiam a ser votadas pelos governos (em Portugal, o Ministério para a Igualdade, criado em 1999, cumpriu esta função durante o curto espaço de tempo que marcou a sua existência). Também as ambiguidades nas definições do *mainstreaming* reflectem diferentes orientações teórico-políticas, como mostravam alguns documentos da Comissão Europeia no final da década de 90. Enquanto nos textos em inglês se afirmava que o conceito designa a introdução da *gender dimension* em todas as políticas, já nas versões francesas o *mainstreaming* surgia frequentemente associado à *dimension de l'égalité des chances* entre mulheres e homens.

tos de opinião que, sob o efeito do *backlash* antifeminista (Faludi, 1991) e neoconservador da década de 80, ou negavam a especificidade histórica da sua condição colectiva, remetendo-a para o domínio do individual, ou insistiam em confundir a luta contra a discriminação com uma luta de interesses *das mulheres*. A organização da IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres mobilizou e tornou visível, com efeito, uma parte importante do discurso conservador em torno do género tanto por parte de organismos governamentais como ao nível das organizações não governamentais, envolvendo o conceito num conflito ideológico. Algumas semanas antes da Conferência, congressistas do Partido Republicano americano e delegados à Conferência pertencentes a movimentos de direita exprimiram a sua preocupação, como nos conta Joan Scott, pelas «implicações subversivas do ‘género’» e pelo facto de considerarem que o programa da Conferência tinha sido tomado de assalto por

gender feminists, who believe that everything we think of as natural, including motherhood and fatherhood, heterosexuality, marriage and family, are only culturally created «fixes», originated by men to oppress women. These feminists profess that such roles have been socially constructed and are therefore subject to change [Scott, 1999a, p. IX, itálico meu].

Segundo aquela autora, a controvérsia instalou-se no seio das próprias Nações Unidas entre os defensores da definição estritamente «biológica» (!) do género e os defensores de uma definição mais social, tendo dado lugar a uma declaração que pretendia esclarecer o significado do termo no texto da Plataforma de Acção que viria a ser aprovada em Beijing e que terminava da seguinte forma:

Accordingly, the contact group reaffirmed that the word «gender» as used in the Platform for Action was intended to be interpreted and understood as it was in ordinary, generally accepted usage [Scott, 1999a, pp. IX-X].

O problema, como diz Joan Scott, é que, face à ausência de explicação sobre o tal «uso geralmente aceite», este esclarecimento pouco adiantou no plano conceptual, mas terá eventualmente servido para acalmar a controvérsia. Durante a Conferência, o debate prosseguiu na reunião das organizações não governamentais em Huairou entre as críticas ao uso «institucional» do género, que o esvaziava do seu sentido político e conceptual, à falta de diálogo entre técnicos e teóricos e à redução do género a variável estatística e as críticas do conservadorismo do *backlash*, que inseriam o género num

projecto de politização das relações entre homens e mulheres e recusavam qualquer explicação de ordem estrutural para as condições específicas das mulheres no mundo (Baden e Goetz, 1997). Estas autoras não deixam de salientar que muitas das questões levantadas naquela reunião constituem desafios teóricos importantes e resultam de contradições e inconsistências da própria reflexão feminista sobre o género.

O conflito ideológico que envolveu o género na Conferência de Beijing acabou por se reflectir na ambiguidade com que foi tratado no texto da Plataforma de Acção. Na versão inglesa, editada em 1996 pelo Departamento de Informação Pública das Nações Unidas, e apesar de todo o texto se referir a *women* (e *men*), só se encontram referências ao género quando a palavra *sexo* pareceria adequada, como nas recomendações relativas às estatísticas, e deveria distinguir-se do género. A redacção de uma das recomendações, inscrita no capítulo sobre as mulheres e a pobreza, exemplifica isto mesmo:

Collect *gender* and age-disaggregated data on poverty and all aspects of economic activity and develop qualitative and quantitative statistical indicators to facilitate the assessment of economic performance from a *gender* perspective [p. 46 da versão inglesa, itálicos meus²].

A confusão entre a instrumentalidade estratégica e analítica do conceito, embora compreensível, não contribui para a distinção entre sexo e género. Esclarecer esta diferença torna-se, portanto, pertinente a fim de evitar a simples colagem do género ao sexo e a ontologização das identidades, das orientações comportamentais, dos papéis e das divisões sociais que perpetuam a naturalização dos processos de produção de sentido sobre o sexo. Além disso, a reafirmação do dualismo sexual e a desconceitualização do género, que resultam destas confusões, tendem a confinar a análise das diferenças baseadas no sexo aos domínios da realidade social onde a pertença sexual está presente, isto é, aos homens e às mulheres concretos e às relações entre eles, limitando assim os domínios da realidade social susceptíveis de serem abordados numa perspectiva de género. Mas o conflito ideológico que o género suscita mostra também que a sua dimensão política não se esgota na ligação aos movimentos sociais dos anos 60. As resistências que o conceito suscita nos discursos político, científico e

² Os textos das Nações Unidas reflectem, no entanto, um constante esforço de actualização a partir do debate teórico. No relatório do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) de 1997, por exemplo, o género já não se aplica apenas aos «homens» e às «mulheres», passando a abranger a masculinidade e a feminilidade. Também a recente campanha da ONUSIDA, lançada para 2001, incorpora a reflexão sobre a masculinidade, sobretudo no que diz respeito às implicações dos comportamentos heterossexuais masculinos para a disseminação da epidemia da SIDA.

comum reflectem uma certa concepção da ordem social cujo questionamento só é possível através de um olhar crítico sobre as ciências sociais.

Em Portugal, o interesse das ciências sociais pelas questões do género é recente. Ao contrário do que aconteceu com outros objectos de estudo, a investigação neste domínio desenvolve-se de forma lenta e irregular a seguir ao 25 de Abril de 1974, tendo permanecido num estado de latência até à década de 80. Vários factores poderão ter contribuído para esta particularidade. O facto de as organizações de mulheres que foram surgindo nos anos 70 (Magalhães, 1998) terem permanecido relativamente invisíveis e atravessadas por diversas contradições (Tavares, 2000) não será alheio ao desaparecimento da experiência do feminismo da I República da memória colectiva. Investigações recentes que mostram a exploração ideológica de um modelo feminino passivo e familialista por parte da ditadura (Pimentel, 2000) e a mobilização das herdeiras do feminismo da primeira vaga para a luta contra a ditadura (Gorjão, 2000) permitem inferir que estes dois aspectos terão participado para a perda desse património histórico e cultural.

Por outro lado, a continuidade do baixo nível de instrução da população portuguesa ao longo do século xx (Mónica, 1978), e das mulheres em particular, situação que apenas começou a mudar nos anos 60 (Barreto, 1996) e, ainda assim, para uma minoria de mulheres privilegiadas, no caso do ensino superior (Sedas Nunes, 1968), opôs-se à tendência de contínuo progresso na educação das mulheres ao longo do século que se verificou nos outros países. Enquanto nesses países as universidades foram lugares de socialização política para as mulheres através do activismo ou da observação dos movimentos sociais dos anos 60 (Stewart, Settles e Winter, 1998), em Portugal foi ainda a luta contra a ditadura e a guerra colonial que mobilizou a população universitária, como não podia deixar de ser.

O terceiro factor tem a ver com o recente desenvolvimento das ciências sociais em Portugal, que impediu a difusão de instrumentos conceptuais e analíticos para o debate e a reflexão sobre estas e outras questões (Amâncio, 1998a). Além disso, a situação de «penúria financeira crónica» das instituições do ensino superior (Gago, 1990, p. 31), com o conseqüente sacrifício da investigação científica até aos anos 90, não era particularmente encorajadora de iniciativas críticas, ao juntar a competição pelos escassos recursos disponíveis à competição pela institucionalização de territórios e identidades profissionais.

A combinação destes factores terá, sem dúvida, contribuído para a lenta evolução da reflexão e do ensino sobre as questões de sexo e género, conferindo uma especificidade particular ao caso português, como mostram alguns autores, que consideram que a produção de conhecimentos neste domínio se encontra ainda, em algumas disciplinas, numa «fase de acumulação», comparativamente com a «fase de consolidação» que se verifica em Espanha (Cova, 1998a, p. 322).

Em 1985 realizam-se dois colóquios sobre a situação da mulher em Portugal, por iniciativa de instituições universitárias, o primeiro em Fevereiro, em Lisboa, organizado pelo Instituto de Ciências Sociais, com o apoio da Comissão da Condição Feminina, e o segundo no mês seguinte, em Coimbra, organizado pelo Instituto de História Económica e Social. As palavras de Maria de Lourdes Lima dos Santos na nota prévia das *Actas do Colóquio* de Lisboa (1986, p. 473) exprimem o estatuto emergente do tema do colóquio nas ciências sociais em Portugal:

Para lá dos objectivos comuns a qualquer colóquio [...] o Colóquio Interdisciplinar sobre a Mulher em Portugal pretendeu também ser um contributo para que, através da discussão em torno da vulgarmente chamada «questão feminina», *esta se vá constituindo entre nós como objecto de análise das ciências sociais* [itálico meu].

Também António de Oliveira, na apresentação das *Actas do Colóquio* de Coimbra (1986, p. 12), manifesta perplexidade pela chegada tardia do tema ao debate científico:

[...] não deixa de ser sintomático que *só uma década depois do 25 de Abril*, não considerando os encontros voltados para outras atenções e não desconhecendo a posição interdisciplinar do Seminário de Estudos sobre a Mulher levado a efeito pela Comissão da Condição Feminina em Novembro de 1983, com uma exposição bibliográfica sobre a mulher em Portugal [...] se tenham proporcionado reuniões para, no domínio da especialidade, se debater a história das mulheres portuguesas [itálico meu].

Embora o conceito de género tenha surgido nestes debates, destacando-se a referência ao seu papel na historiografia na apresentação do Colóquio de Coimbra, foi necessário esperar alguns anos para que ele ganhasse visibilidade em Portugal. Em 1994, o programa do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro em Ciências Sociais, organizado em Lisboa pelo Instituto de Ciências Sociais, incluía uma sessão sobre o género, que abriu com uma comunicação colectiva onde se defendia a interdisciplinaridade que o conceito exige, a sua potencialidade «crítica de alguns dos paradigmas das ciências sociais e o [seu] estatuto teórico inovador» (Almeida *et al.*, 1996, p. 129). É, de facto, na década de 90 que o debate teórico, suscitado pela perspectiva do género, marca os trabalhos académicos de várias disciplinas, como a psicologia social (Amâncio, 1989; Nogueira, 2001a), o direito (Beleza, 1993), a geografia humana (André, 1993), a sociologia da educação (Araújo, 2000 [1993]), a antropologia (Almeida, 1995; Joaquim, 1997) e a sociologia da família (Torres, 1996 e 2000; Pais, 1998). Este é também o período em

que a investigação neste domínio vai conhecer um crescimento significativo, como mostra um balanço recente (Vicente, 1998), repercutindo-se nos textos de apoio ao ensino graduado (Almeida *et al.*, 1995) e pós-graduado³ (Nizza da Silva e Cova, 1998). Actualmente, começam a surgir reflexões sobre o género noutras áreas, como a filosofia (Ferreira, 2001a) e a psicologia (Amâncio, 2001a; Nogueira, 2001b), no quadro de uma interpelação das próprias disciplinas (v. ainda, para o caso da filosofia, Ferreira, 1998 e 2001b).

Um indicador significativo da ignorância do género, enquanto conceito de análise social, na sociedade portuguesa actual encontra-se no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, recentemente elaborado pela Academia das Ciências de Lisboa. A entrada dedicada à palavra *género* apresenta várias definições: «1. Raça, espécie [...] 2. Conjunto de seres, coisas, factos, situações... que têm entre si grande semelhança ou características comuns [...] 3. Estilo, modo, tipo [...] 4. Classe de seres ou objectos com propriedades comuns [...] 5. Grupo taxionómico, usado nos sistemas de classificação [...] 6. Categoria gramatical, indicadora do masculino, do feminino e do neutro [...] 7. Categoria convencional em que se agrupam as composições artísticas ou literárias [...] 8. Espécie ou categoria de uma obra de arte [...]», mas nenhuma delas remete para o estatuto analítico do género na investigação social.

Mas a chegada tardia à academia portuguesa do conceito de género e da problemática da diferença e da desigualdade baseada no sexo não é suficiente para explicar as ambiguidades que se verificam na apropriação do género nos vários discursos onde ele surge, em geral, confundido com o sexo. De facto, passados trinta anos sobre a eclosão do debate científico, o sexo, inscrito no corpo, e o género, inscrito na história e na cultura, continuam a estabelecer relações de ambiguidade, quer através da utilização arbitrária que deles é feita, como se fossem termos conceptualmente equivalentes, quer através da fusão entre eles (no termo «género sexual», por exemplo), confundindo assim o indicador com o conceito e a abordagem descritiva com a analítica. Estas ambiguidades, que se encontram no discurso científico, não deixaram de se verificar no próprio discurso feminista, como veremos adiante.

UM NOVO CONCEITO PARA UMA VELHA QUESTÃO

We found a source of questions in the most egregious errors of the past. But at the same time we stayed prisoners to a set of categories and

³ Para além das disciplinas que surgiram nos cursos de mestrado em Sociologia do Trabalho e Sociologia da Família do ISCTE no início da década, destaca-se aqui a abertura do I Mestrado em Estudos sobre as Mulheres na Universidade Aberta em 1995.

preconceptions deeply rooted in traditional sociology [Michelle Rosaldo, 1987, p. 281].

A expansão do sistema universitário que ocorreu no período posterior à segunda guerra mundial e o conseqüente alargamento da base de recrutamento de docentes e investigadores foram factores determinantes para a abertura das ciências sociais, que se iniciou nos anos 60, como refere o relatório da Comissão Calouste Gulbenkian (1996). Para isso contribuiu a chegada de uma nova geração, sensível aos movimentos de protesto dessa altura, com preocupações de crítica social e novas exigências quanto ao papel da ciência na sociedade, que se reflectiram na emergência de novos objectos e na progressiva acomodação de novas áreas de especialização no seio do velho sistema de disciplinas. Inscrevem-se neste processo de mudança as críticas a alguns dos pressupostos básicos que sustentaram a produção de conhecimento em ciências sociais, como o universalismo (relatório Gulbenkian, 1996), a imunidade da ciência ao sexismo e ao racismo, a sua autonomia e independência políticas (Santos, 1987 e 1991), assim como as ideias de imparcialidade e objectividade científicas (Ziman, 1998).

É neste quadro de questionamento da ciência social que se fazia que se insere a emergência do conceito de género. Segundo a socióloga Ann Oakley, o conceito de género foi introduzido no discurso das ciências sociais na sequência da publicação da sua obra *Sex, Gender and Society* em 1972. Numa recente publicação sobre a história do conceito, que aborda as ambigüidades com que tem sido tratado, a autora recorda que, no seu significado original, ele servia um objectivo claro:

[...] to map a domain of cultural perspectives on the natural body which would help people to develop both personal and political understandings of important aspects of their own and other people's identities [Oakley, 1997, p. 53].

Mas, como ela própria reconhece, o termo já era conhecido na área das ciências médicas. De facto, encontra-se uma anterior definição do conceito na obra de Robert Stoller *Sex and Gender*, publicada em 1968. Nesta obra o autor utilizava o termo *sexo* para distinguir indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino e designar os aspectos biológicos que determinam se uma pessoa é macho ou fêmea, a palavra *sexual* para referir os aspectos anatómicos e fisiológicos e a palavra *género* para se referir às «tremendous areas of behavior, feelings, thoughts and phantasies that are related to the sexes and yet do not have primarily biological connotations», acrescentando ainda que «one can speak of the male sex or the female sex, but one can also talk about masculinity and femininity and not necessarily be implying anything about anatomy or physiology» (Stoller, 1968, cit. por Millet, 1977, p. 29).

De acordo com estas definições, o sexo seria um marcador físico e morfológico de conotação biológica, enquanto o género remeteria para o

domínio da cultura, ou para o de uma produção de origem sociológica, segundo Oakley (ou psicológica, segundo Stoller), que fornece os elementos indispensáveis para a percepção e compreensão do próprio corpo sexuado e para a construção das noções de eu e do outro.

A centralidade do género, enquanto conceito, no projecto teórico e político emergente na altura está bem patente no facto de os trabalhos de Stoller surgirem abundantemente citados numa das obras clássicas do feminismo da segunda vaga⁴ (Millet, 1977) onde se denunciava a colonização do espírito das mulheres pela visão patriarcal das relações entre os sexos que a literatura — anglo-saxónica — e a teoria psicanalítica difundiam. A libertação das mulheres em relação à subjectividade feminina que esta cultura lhes devolvia implicaria, segundo a autora, a descoberta de uma outra (verdadeira?) feminilidade. Esta reflexão inscrevia-se, portanto, no espírito de um tempo onde se procuravam identificar os determinantes sociais do sexo — feminino, neste caso — e denunciar as pressões exercidas sobre as mulheres para adoptarem um determinado modelo de ser feminino (Friedan, 1963).

Mas esta interrogação, que encontrava, nos anos 60, um contexto favorável à sua expressão, tinha surgido mais de uma vez ao longo de dois séculos. No século XVIII ela surge na obra de Mary Wollstonecraft *The Vindication of the Rights of Women*, publicada em 1792, em resposta ao projecto de Talleyrand de excluir as raparigas dos objectivos da educação nacional no quadro da nova Constituição francesa. Na extensa dedicatória a Talleyrand, Wollstonecraft (1975 [1792]), p. 85, apela à razão, ao amor pela *human race* e ao progresso «of those glorious principles that give a substance to morality» para que a educação se estenda também às raparigas. A sua identificação com as promessas da Revolução Francesa⁵ para todos os cida-

⁴ Utilizamos aqui a classificação, consagrada na literatura, do movimento feminista em três vagas, sendo a primeira a que vai do século XVIII até à primeira guerra mundial, período que antecede mesmo a própria designação de feminismo, que só aparece no fim do século XIX (Cova, 1998b), a segunda a do activismo dos anos 60 e 70 e a terceira a dos anos 90, também designada de feminismo pós-moderno. Apesar de procurar englobar a diversidade histórica e social do feminismo europeu e americano, esta classificação não concede o lugar merecido a Simone de Beauvoir e à enorme influência, ainda que diferida no tempo, do *Segundo Sexo*, publicado em 1949, para o feminismo da segunda vaga, como mostra o recente estudo da historiadora francesa Sylvie Chaperon (2000).

Por outro lado, a designação corrente de «pós-feminismo», aplicada à terceira vaga, pretende apenas destacar a extinção do activismo dos anos 60 e 70, em nome da qual se decreta a morte do feminismo. Esta troca, não inocente, de palavras não exprime senão um «ante-feminisme, promu post-féminisme et devenu militant», chamado antifeminismo, como diz Christine Delphy (1998, p. 254). Na verdade, os anos 90 constituem um período de intensa reflexão que contribuiu para a consolidação da teoria feminista.

⁵ O caso desta inglesa que atravessou o canal para participar nos acontecimentos é exemplar do envolvimento das mulheres na revolução. Em 1791 Olímpia de Gouges publicara a célebre *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*, iniciando assim a luta pela realização dos direitos que a revolução prometera. No entanto, esta luta não era

dãos, independentemente da sua condição de nascimento, acompanha o argumento de que a (não)educação das mulheres condiciona o seu modo de ser:

Contending for the rights of woman, my main argument is built on this simple principle, that if she be not prepared by education to become the companion of man, she will stop the progress of knowledge and virtue [...] but the education and situation of woman at present shuts her out from such investigations [Wollstonecraft, 1975 (1792), pp. 86-87].

A ideia de que a educação das raparigas para as boas maneiras, a coqueteria e a virtude era degradante e as remetia para uma sujeição semelhante à da escravatura volta a aparecer, quase um século mais tarde, no texto de John Stuart Mill publicado em 1869. Também ele procura nas «laws of the influence of circumstances on character» (Mill, 1989 [1869], p. 140) a explicação para as diferenças entre os sexos, recusando a ideia de «natureza» feminina:

What is now called the nature of women is an eminently artificial thing — the result of forced repression in some directions, unnatural simulation in others. It may be asserted without scruple that no other class of dependents have had their character so entirely distorted from its natural proportions by their relations with their masters [Mill, 1989 (1869), p. 138].

No século xx coube a Simone de Beauvoir retomar a questão em *O Segundo Sexo*, publicado em 1949. Pioneira da pequena elite de mulheres educadas do seu tempo (Moi, 1994), assume uma postura analítica, inteiramente inovadora, das condições sociais, políticas e históricas que limitam a liberdade das mulheres e participam para o conflito entre a sua liberdade e autonomia, enquanto sujeitos, e a condição de alteridade para que são remetidas, enquanto mulheres.

Mas, se o acolhimento desta questão e do conceito de género pelas ciências sociais, nos anos 70, foi facilitado pela reemergência do movimento feminista, num contexto social de aumento generalizado da escolaridade e

bem acolhida pela nova ordem democrática. Alexis de Tocqueville lamentava, com efeito, que as francesas não seguissem o exemplo das americanas, que «se faisaient une sorte de gloire du volontaire abandon de leur volonté, et [qu'elles] mettaient leur grandeur à se plier d'elles-mêmes au joug et non à se soustraire» (Tocqueville, 1986 [1840], p. 293). Mas as americanas não eram, afinal, tão bem comportadas quanto isso. Em 1848, Lucretia Mott, Martha C. Wright, Elizabeth Cady Stanton e Mary Ann McClintock redigem o apelo para uma convenção para discutir «the social, civil, and religious condition and rights of women», que foi publicada no *Seneca Falls Courier*. A Convenção, que se realizou nos dias 19 e 20 de Julho em Seneca Falls e aprovou a *Declaration of Sentiments* (entre outros), marca o início do movimento feminista americano.

qualificação das mulheres, outras circunstâncias limitaram o alcance da problematização do género. Enquanto a nova geração de académicas se confrontava com o sexismo das instituições e era remetida para o «círculo exterior» da ciência (Zuckerman, Cole e Bruer, 1991), as ortodoxias disciplinares ofereciam resistência aos novos objectos de estudo que os movimentos sociais exigiam. Como dizia Alice Rossi (1998 [1964], p. 34), «o feminismo foi minado pelo conservadorismo da psicologia e da sociologia do período do pós-guerra». Todavia, como esta minoria já não era constituída apenas por algumas excepções, tendo atingido um número crítico para se tornar uma minoria activa, no sentido de Moscovici (1979), a emergência de áreas, centros e programas de estudos sobre as mulheres foi uma forma de contornar as barreiras que as respectivas comunidades científicas (Jesuino, 1995) opunham à integração das mulheres e à investigação de novas questões. O relato de Jessie Bernard (1998) sobre a criação do grupo *Sociologists for Women in Society* no seio da ASA, em 1970, retrata bem a diversidade de motivações individuais, mas também o sentimento de insatisfação que os e as protagonistas desta iniciativa, onde Alice Rossi desempenhou um papel fundamental, partilhavam⁶.

As preocupações em dar visibilidade às experiências das mulheres e em demonstrar a iniquidade das diferenças socialmente criadas entre os sexos (Myers, Anderson e Risman, 1998) irão presidir a esta primeira fase dos estudos sobre as mulheres, e de integração do género nas ciências sociais, que as revistas científicas então criadas (*Signs*, *Sex Roles* e *Women's History*, por exemplo) e a organização de inúmeras conferências se encarregam de divulgar. Alguns dos títulos dos livros publicados nos anos 70, como *Hidden from History* e *Becoming Visible*, que marcaram o lançamento da história das mulheres, são reveladores dos objectivos dos seus autores, como diz Joan Scott (1988b, p. 18), e do movimento de procura de novos conhecimentos sobre as mulheres, que então se designava de *her-story* (numa transformação da palavra *history*). Mas o olhar crítico sobre a produção deste período permitiu também identificar alguns dos seus limites. Para além de confundir o género com «as mulheres», carregando a feminilidade de um sentido intemporal (Scott, 1988c) que não problematiza a ideia de duas categorias de sexo intrinsecamente diferentes e internamente homogéneas, e de participar para o que Françoise Collin⁷ (1995, p. 314) designa de «metafísica dos sexos», esta orientação positivista também não promoveu a crítica aos modelos dominantes.

Num ambiente científico marcado pela influência do funcionalismo, do culturalismo e da psicanálise, presentes tanto no pensamento de Talcott Parsons como no de Margaret Mead, a teorização do género limitou-se,

⁶ O movimento paralelo no seio da APA é relatado num outro artigo, dedicado ao percurso do género na psicologia (Amâncio, 2001a)

⁷ Filósofa e fundadora da primeira revista feminista francesa, *Les cahiers du GRIF*, em 1973.

como afirma Connell (1987, p. 33), a uma «*estratégia* teórica, centrada sobre o como e o até que ponto (*how far*) se poderiam transformar as relações sociais de género» (itálico do autor), que resultou, simplesmente, no aumento da investigação sobre os papéis sexuais (*sex-roles*) e as diferenças entre os sexos (*sex-differences research*)⁸, sem grande progresso teórico, para além da insistência nos factores de socialização⁹ e na necessidade de os modificar.

No entanto, logo nos anos 70 surgiram críticas da sociologia francesa à utilização da variável *sexo* na investigação sociológica, por esta assentar apenas na «intuição de uma realidade sociológica subjacente» (Mathieu, 1991 [1971], p. 25), devido à ausência de uma teoria sociológica sobre o sexo, ao contrário do que acontecia em relação à classe. No contexto desta discussão, a autora propunha o conceito de *sexe social* (Mathieu, 1991 [1971], p. 23), contemporâneo, portanto, do conceito de género. Este último não era inteiramente rejeitado (Mathieu, 1991 [1989]), antes era integrado numa reflexão em torno da relação entre sexo e género orientada para o modo como o género constrói o sexo e que destaca a assimetria no processo de diferenciação entre sexos como parte integrante dessa construção. As relações de homologia ou analogia entre sexo e género são substituídas por uma relação «socio-lógica e política... numa lógica antinaturalista e de uma análise materialista das relações sociais de sexo» (p. 256) que remete em causa a bipolarização das categorias de sexo e as noções estáticas de hierarquia ou dominação *dos homens* sobre *as mulheres*. Neste quadro de pensamento, a utilização exclusiva e despropositada do termo *género* pela corrente americana dos *women's studies* não podia deixar de merecer a crítica da autora.

A investigação dos anos 70 contribuiu, assim, para a polarização do dualismo dos sexos e para a acentuação da diferença entre eles, através de uma prática de investigação em que a evidência sobre as mulheres e a relevância das suas experiências se tornaram «normativas» (Davis e Gremmen, 1998), enquanto os homens surgiam, também eles, como categoria homogênea, deten-

⁸ O autor fundamenta a sua afirmação num indicador que mostra que os estudos sobre os papéis sexuais passaram de 0,5% dos artigos publicados nas revistas de sociologia em 1969 para 10% em 1978 e recorda a criação da revista *Sex Roles* em 1975 (Connell, 1987, p. 33), que se mantém, até hoje, com o mesmo nome. A crítica à insistência nos estudos sobre as diferenças entre os sexos surge, na psicologia, num artigo publicado ainda nos anos 70 (Unger, 1979) onde a autora salientava que pareciam existir mais semelhanças entre os sexos do que diferenças, desde logo na forma de pensar as diferenças entre eles.

⁹ É nesta perspectiva que se insere o caso de *Agnes*, analisado por Harold Garfinkel (1967, cit. por Almeida *et al.*, p. 154). *Agnes* foi educada como rapaz e adoptou uma identidade feminina aos 17 anos, tendo-se submetido, anos mais tarde, a uma operação de mudança de sexo. A figura de Tootsie, protagonizada por Dustin Hoffman no cinema, retrata as dificuldades da mudança da identidade de género, reduzindo-a à aprendizagem e desaprendizagem de maneirismos numa caricatura simplista, mas algo realista, do enfoque nos processos de socialização.

tora dos atributos agênticos da opressão. A influência americana que marca este período, quanto mais não seja ao nível da visibilidade, reflecte-se no empiricismo da epistemologia feminista (Hawkesworth, 1989), no que diz respeito à agenda da investigação social. Do ponto de vista político, por outro lado, este período é também marcado pela emergência do debate que opõe a igualdade à diferença. Mas a prevalência da ideia da neutralidade em relação ao género do conceito de cidadania, «raramente usado» pelo feminismo da segunda vaga, como assinala Voet (1998, p. 23), e da mera extensão dos direitos formais, adquiridos na esfera pública, à esfera privada, que caracterizam o feminismo liberal, não participaram para o questionamento da ciência política dominante. Todavia, a ideia de integração da «diferença» feminina naqueles conceitos, inspirada pelo feminismo radical, também não logrou constituir-se como alternativa, na medida em que se concentrou na opressão dos «homens» sobre as «mulheres» na esfera privada, sem que se verificasse uma articulação produtiva entre género e cidadania (Voet, 1998).

A definição de patriarcado como «poder dos homens» que caracterizou uma certa corrente do feminismo radical¹⁰ contribuiu ainda para a relativa omissão das questões do poder na análise sociológica, como assinalam algumas críticas recentes. Defendendo a necessidade de uma articulação entre género e poder, Jantine Oldersma e Kathy Davis (1991) mostram que as questões de género se mantiveram ausentes de muitas das teorias sociológicas sobre o poder, do mesmo modo que a abordagem do género nem sempre integrou as questões de poder. Este desencontro explicar-se-ia, segundo Kathy Davis (1991), pela visão intuitiva que o feminismo desenvolveu sobre o poder, visto como atributo ou propriedade «dos homens», sistema de repressão *top-down* (p. 79), inevitavelmente ligado a uma relação de subordinação, ou seja, um *nasty business* (p. 81). Segundo a autora, esta visão impediu a articulação da agenticidade com as relações de dominação, no quadro da qual se torna possível recolocar as mulheres no lugar de sujeitos.

O GÉNERO NO QUADRO DE UM NOVO PARADIGMA

[...] feminists began to recognize this [*gender*] concept as an analytic tool for studying the impact of gender ideology on the structure of social

¹⁰ As várias correntes do feminismo e as suas implicações epistemológicas são discutidas no extenso trabalho de Nogueira (2001a), pelo que não nos deteremos sobre elas aqui. Importa, todavia, salientar a pertinência da ideia de Rian Voet (1998) quando diz que entrar nas classificações das correntes do feminismo, embora possa ter alguma utilidade, não deixa de ser, como todo o exercício de categorização, simplificador, obscurecendo, por vezes, aspectos importantes, para além da divisão das pessoas em facções. As ambiguidades em torno do sexo e do género que discutimos neste artigo, em várias disciplinas, são um bom exemplo da transversalidade de certos pressupostos a todas as correntes.

and intellectual worlds extending far beyond the minds and bodies of individual women and men [Keller e Longino, 1996, p. 2].

O enfoque no gênero enquanto estrutura social, e não como simples característica dos indivíduos (Meyers, Anderson e Risman, 1998), constituía, neste contexto de desproblematização do conceito, uma exceção, como assinala Mary Hawkesworth (1997). Esta exceção encontra-se na teoria social de Robert Connell. Partindo da crítica à influência do feminismo liberal na sociologia, Connell (1987) propõe uma teoria que estende a análise do gênero a todas as instâncias da organização social, já que tanto a família como a divisão do trabalho e o estado (Connell, 1994) são atravessados pela lógica da masculinidade hegemônica, assente na norma da heterossexualidade. A questão do poder torna-se central nesta análise sociológica do «regime» baseado no gênero, mas não nos termos propostos pelo feminismo radical. Reconhecendo-lhe embora o mérito de ter trazido a questão do poder para a discussão, através do conceito de patriarcado, Connell (1994 [1990]) critica também esta perspectiva feminista por ter essencializado o poder e focalizado a sua atenção na família. Os limites desta perspectiva situam-se, segundo ele, na exclusão do gênero da discussão sobre o estado e na incapacidade de compreender as mudanças e as «crises» da masculinidade hegemônica.

Mas, quando Connell (1987) se refere ao contexto de influência das teorias dos anos 40 e 50, que marcou a infância do gênero na sociologia americana, distingue claramente o pensamento de Parsons (1956) e de Mead (1968) do de Simone de Beauvoir (1976). Com efeito, o feminismo materialista de Beauvoir está presente nos modelos que emergiram na sociologia francesa dos anos 70 (Moi, 1994). O modelo de Christine Delphy sobre o sistema do patriarcado, ao qual Connell (1987) dá o devido destaque, partiu da crítica à forma como a sociologia francesa tratava os homens e as mulheres, nomeadamente na abordagem da estratificação social, do trabalho e da família, mas também era uma reação às críticas dirigidas ao movimento das mulheres pelo esquerdismo francês, como diz a autora. Ao fazer a história da construção da sua teoria numa recente reedição dos textos que a foram constituindo, Delphy (1998, p. 26) afirma que passou a utilizar o conceito de gênero, a partir de 1976, por considerar que ele conferia, «au moins potentiellement, les moyens de déplacer le regard des rôles de sexe vers la construction même de ces 'sexes'». Por isso mesmo, considerava que a definição proposta por Ann Oakley em 1972 era questionável (Delphy, 1991, p. 91), visto que se limitava a agrupar «tudo o que era variável e socialmente determinado» sob uma lógica binária que reproduzia a do agrupamento da invariância biológica contida no sexo. Além disso, faltava nesta definição a ideia de assimetria, o que transformou o gênero num simples sucessor do conceito de *sex-role*.

A perspectiva materialista está igualmente presente no modelo de Colette Guillaumin sobre as relações sociais de sexo e que ela define como uma

relação de poder e um efeito ideológico (Guillamin, 1992). A relação de poder, que se exprime na apropriação do tempo, do corpo, da sexualidade, da disponibilidade física para os cuidados com os outros, de um sexo sobre o outro permite-lhe estabelecer uma analogia entre as relações de classe, de escravidão/servidão (*esclavage/servage*), e as de sexo¹¹, para as quais propõe o termo *sexage* (Guillamin, 1992, p. 28) (a mesma analogia que John Stuart Mill estabeleceu um século antes, como vimos atrás). Mas esta «apropriação material do corpo e da individualidade das mulheres, cuja expressão legal é o contrato de casamento» (Guillamin, 1992, p. 46), tem um suporte ideológico na forma de representar e diferenciar a «classe» das mulheres, que corresponde também às formas de representação de outras categorias dominadas: o discurso sobre estas projecta-as para fora das relações sociais através da ideia de natureza, define-as por atributos conotativos da sua especificidade (aptidões, talentos, o jeito para...), funde a sua individualidade na categoria de pertença e torna-as diferentes de um referente: «la signification idéologique de la différence, c'est la distance au référent» (Guillaumin, 1992, p. 97).

No contexto desta discussão, o conceito de *rappports sociaux de sexe* parece destronar o de género, que surge, aparentemente apenas, enquanto forma gramatical, na análise da utilização do masculino universal pela linguagem comum, num elegante jogo de significados: «[...] genre qui est celui de la légitimité, du droit exercé et garanti, bref le genre de l'exercice du pouvoir qui devient homologue, ou homogène à un trait physique» (Guillaumin, 1992, p. 115).

Diversamente do que aconteceu com a tradição americana, o feminismo francês nas ciências sociais orientou-se para a produção de uma teoria sobre o sexo, sobrepondo sempre a reflexão e a produção teórica a finalidades estratégicas imediatas – mais do que denunciar, a tradição francesa procura compreender e analisar. Enquanto discurso minoritário, o feminismo académico confrontou-se com enormes resistências, que foram desde a ridicularização das autoras, hoje clássicas tanto em França como nos Estados Unidos, até à influência hegemónica das ortodoxias científicas, como salienta Guillaumin (1981), no caso da sociologia francesa. A autora afirmava que, apesar disso, nada ficara como dantes, tendo sido possível criar novos objectos e fazer eclodir velhas categorias, como a de *a* mulher, que foi substituída pela de *as* mulheres, e a de *condição*¹², que designava um estado, pela de *relação* (Guillaumin, 1981, p. 27). Efectivamente, o que ressalta do dis-

¹¹ Shulamith Firestone, na obra de referência do feminismo radical, *The Dialectics of Sex*, publicada em 1970, também se refere a classe de sexo.

¹² Vale a pena lembrar que, quando o governo francês criou um serviço para se ocupar da questão feminina, em 1974, designou-o de *Sécrtariat pour la Condition Féminine*. O serviço equivalente criado em Portugal, em 1977, chamava-se Comissão da Condição Feminina. Nenhum deles mantém esse nome actualmente.

curso francês das ciências sociais é a sistemática crítica feminista aos modelos dominantes nos anos 70 e 80 e a extraordinária consistência conceptual no discurso actual das mais diversas disciplinas em torno dos pressupostos básicos da teorização sobre os sexos¹³. O género refere-se a uma relação social, e não a uma propriedade de indivíduos concretos, e essa relação, que é marcada pela assimetria no plano dos significados e define um contexto de dominação, é socialmente construída. São estes factores que distinguem a tradição francesa das contradições que atravessaram a tradição anglo-saxónica¹⁴, sem dúvida pela maior dificuldade desta em se libertar dos naturalismos biológico e psicológico.

Na linha de uma reflexão em torno do género que mostrara os usos redutores do conceito e definira como objectivo da história compreender «the significance of sexes, of gender groups in the historical past» (Scott, 1988a, p. 29), na introdução ao 1 vol. da *História das Mulheres*, Georges Duby e Michelle Perrot (1993 [1990], p. 16) definiam esta história como a da relação entre os sexos, lugar de compreensão e definição da «alteridade e da identidade femininas», e justificavam o objectivo de «Escrever a história das mulheres» (título da introdução) do seguinte modo:

Ela constitui uma história que já tem história, que mudou de objecto, de métodos e de pontos de vista. Animada, a princípio, pelo simples desejo de se tornar visível [...] esta história tornou-se muito mais problemática, menos puramente descritiva e mais relacional. Na primeira linha das suas preocupações ela coloca a partir de agora o *gender*, isto é, *as relações entre os sexos*, vistos não como algo inscrito na eternidade de uma natureza inacessível, mas como produtos de uma construção social que é importante, justamente, «desconstruir» [Duby e Perrot, 1993, p. 14, itálicos meus].

No domínio da filosofia, e considerando que ela tem sido marcada pela ausência de questionamento sobre as diferenças entre os sexos, Geneviève Fraisse defende a necessidade da construção deste objecto justamente porque

¹³ Os textos do colóquio realizado em Paris em 1995, no quadro da preparação da Conferência de Pequim, e que reuniu contributos de diversas disciplinas são um excelente exemplo da partilha de uma linguagem conceptual e analítica comum (Lefaucheur e Schwartz, 1995).

¹⁴ Assiste-se actualmente a uma verdadeira descoberta do feminismo francês pelas autoras de língua inglesa, reflectida mesmo em publicações sobre a vida e obra de feministas francesas (como a de Mary Evans sobre Simone de Beauvoir e a de Stevi Jackson sobre Christine Delphy, ambas publicadas em 1996 pela Sage). A participação de investigadoras de língua inglesa no colóquio comemorativo das 50 anos da publicação de *O Segundo Sexo*, realizado em Paris em 1999, foi outro exemplo.

«la différence des sexes est ce à partir de quoi on pense mais ce qui n'est pas pensé» (1996, p. 53). Também aqui se encontra a ideia de assimetria entre o masculino universal e o feminino específico, como uma dimensão central do pensamento da diferença que a autora propõe que seja visto na sua «historicidade» (Fraisse, 1996, p. 59), tal como Françoise Collin salientara, alguns anos atrás, numa reflexão sobre a diferença entre os sexos no pensamento ocidental, que «o particular dos homens é universalizável, o das mulheres unicamente particular» (Collin, 1995, p. 316).

Com efeito, se é possível encontrar raízes muito antigas nos mitos sobre os sexos, a pesquisa sobre os processos históricos e sociais de construção da diferença entre sexos tem mostrado que a modernidade veio trazer uma ordem onde a particularidade da categoria feminina, na distância que a separa do novo referente universal, o sujeito cidadão¹⁵, encontra formas de legitimidade particularmente eficazes. Robert Connell refere, nomeadamente, que a passagem do antigo regime ao estado moderno foi acompanhada da passagem de uma masculinidade baseada na honra, ligada à rede de parentesco e aos deveres de protecção, para uma masculinidade baseada na racionalidade, na previsão e no método, mudança esta que «não foi uma consequência da revolução burguesa, antes é parte integrante da mesma, enquanto ordem social sexuada» (*gendered social order*) (Connell, 1994, p. 50). É neste contexto que o recurso à biologia, como fonte e fundamento da masculinidade e da feminilidade, se torna sinal da modernidade, como diz Laqueur (1992), para remeter as mulheres para o cumprimento de um destino, a maternidade, as confinar ao espaço privado (Hufton, 1994) e as excluir do contrato social (Santos, 1998).

Neste processo de construção do significado da diferença, em que o género se torna conhecimento sobre ela (Scott, 1988c), adquirindo assim o sentido de epistemologia do senso comum a que se refere o modelo das representações sociais (Vala, 1986), a assimetria simbólica, subjacente à construção deste conhecimento, constituiria a representação fundadora da nova ordem «sexuada» (Amâncio, 1998b). Uma representação em que o masculino se confunde com o universal (Amâncio, 1994) e o feminino transforma as mulheres numa comunidade de invisíveis (sobre)sexuados, irremediavelmente diferentes dos homens, confundindo a diferença entre os sexos com a diferença em si mesma, como se «la femme serait [-elle] tout du sexe et l'homme tout du genre [?]

¹⁵ Na Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã escrita por Olímpia de Gouges em 1791, o primeiro artigo já revelava a constituição do masculino como referente: «la femme nait libre et égale à l'homme en droits...» (itálico meu).

relativos» (Fraisse, 1995, p. 175) no plano da cidadania e dos direitos. O próprio debate que opôs a igualdade à diferença, e que marca a história do feminismo desde o seu início, não foi senão resultado dos paradoxos criados pela democracia moderna, como mostra a análise recente de Joan Scott (1998).

No contexto do debate anglo-saxónico, as *feminist standpoint theories* (Harding, 1986), que surgiram nos anos 80 sob a influência do materialismo histórico, representam uma ruptura com o feminismo empiricista do período anterior e abrem caminho ao feminismo pós-moderno dos anos 90. Ao rejeitar a ideia de separação entre sujeito e objecto e de verdade «objectiva», considerando que o conhecimento não pode ser desligado da posição específica e do momento histórico em que se encontra aquele que o produz (Hawkesworth, 1989), esta epistemologia não escapou, todavia, à tentação de celebrar o universo feminino, criando um diferencialismo cujo carácter reductor e ontologizante não deixou de ser problematizado pelo debate teórico feminista posterior (Hawkesworth, 1989; Nogueira, 2001b).

Muitos dos questionamentos recentes dos conceitos e paradigmas dominantes nas ciências sociais inscrevem-se naquelas ideias, mas distanciam-se da tentação a que elas deram lugar nos anos 80. É nesta perspectiva que se inserem as críticas ao universalismo de conceitos modernos, como o de cidadania (Walby, 2000), o de democracia (Mouffe, 2000) e o de representação política (Phillips, 2000), não para defender o particularismo, em alternativa, mas para salientar o facto de o género ser estruturante da cidadania e da democracia, o que significa que as mudanças a esse nível dependem de mudanças ao nível das relações de género. No que diz respeito ao papel do estado na estruturação das relações de género e no estabelecimento e vigilância das fronteiras entre o público e o privado (Mottier, Sgier e Ballmer-Cao, 2000), a crítica dirige-se à visão predominantemente «negativa» do estado de algumas análises feministas anteriores (Waylen, 2000) e à pouca atenção prestada às variações nacionais¹⁶ (Sainsbury, 2000). Outras análises procuram, por outro lado, colmatar o défice do género na teorização sobre nação e nacionalismo (Yuval-Davis, 1997) e no debate sobre modernidade e pós-modernidade (Marshall, 1994).

Como diz Conceição Nogueira, o feminismo contemporâneo partilha com o pós-modernismo um «profundo cepticismo» sobre algumas «reivindicações universais», entre as quais a da própria ciência (Nogueira, 2001a, p. 180). A descrença nas metanarrativas das grandes teorias (Lyotard, 1989, cit. por Nogueira, 2001a) das ciências sociais foi dando lugar à desconstrução dos *claims of truth* (Hawkesworth, 1989) sobre os sexos, venham eles de uma

¹⁶ O trabalho de Anne Cova (1997) sobre o feminismo francês da primeira vaga aborda, precisamente, as especificidades de que se revestiu, no caso da França, a evolução dos direitos das mulheres, numa perspectiva histórica.

ciência que não integrava a diversidade das experiências (Santos, 2000) ou do reflexo dessas mesmas experiências nas correntes diferencialistas do feminismo. Esta perspectiva promove a eclosão dos dualismos que marcaram os períodos anteriores, como o que opôs a igualdade à diferença (Bock e James, 1992) e sobre o qual se foram ancorando outras divisões de ordem nacional (feminismo anglo-saxónico *versus* feminismo francês), cultural (feminismo relacional *versus* individualista) (Offen, 1995) ou política que, como vimos ao longo deste texto (v. nota 10), obscurecem as semelhanças que se encontram nas análises de autores com filiações ideológicas tão diferentes quanto o liberalismo e o marxismo.

Desde logo, porque a oposição entre a igualdade e a diferença, que emergiu da confrontação com a concepção liberal de igualdade, gerou uma contradição nos termos, que transportam significados bem diferentes, mas que se impôs num discurso que obscurece as condições históricas que o criaram. A igualdade perante a lei não escapou à contaminação do género (Beleza, 1988, 1993 e 1997; Pina Cabral, 1993), acomodando a crença inabalável na irredutível diferença que marcou o projecto da democracia moderna¹⁷, mobilizou a oposição entre cultura e natureza no seio da ciência moderna e persiste, até hoje, na corrupção do género pelo sexo (Scott, 1999b). Ora esta diferença, naturalizada no pressuposto de igualdade entre todos os indivíduos, limitou os direitos dos iguais, mas sempre diferentes, como as mulheres, o que sustenta uma proposta recente de deslocar a questão da igualdade para o plano da justiça (Flax, 1992). Partindo do reconhecimento do défice de participação das mulheres na esfera política¹⁸, o recente debate sobre a paridade em França, embora tenha conseguido um consenso em torno da acção, não escapou às divergências conceptuais em torno da igualdade e da diferença, nomeadamente em relação à ideia do «*couple essentiel* da humanidade» (Chaperon, 1998, p. 264), que aparece na defesa da mixidade (Agacinski, 1999) e do multiculturalismo (Touraine, 1997; Touraine e Khosrokhavar, 2000). Apesar de nesta análise se destacar o papel do movimento das mulheres para este novo olhar sobre a sociedade, o género é visto simplesmente «como factor de repartição dos papéis sociais» (Touraine, 1997, p. 308), enquanto «a paridade significa que não existe unidade da humanidade, para além da *dualidade* dos homens e das mulheres» (Touraine e Khosrokhavar, 2000, p. 256, *italico* meu).

Por outro lado, as mudanças na situação das mulheres e a complexidade das sociedades contemporâneas fizeram também eclodir a diferença em muitas diferenças entre homens e entre mulheres (Nogueira e Silva, 2001), contri-

¹⁷ A análise de Virgínia Ferreira (1998) é elucidativa das contradições entre a ordem jurídica estabelecida com a democracia e as reais condições das mulheres na sociedade portuguesa.

¹⁸ Os trabalhos de Viegas e Faria (1999) e de Faria (2000) são exemplos do reconhecimento deste défice em Portugal.

buindo para a complexidade das questões teóricas (Weedon, 1999). A mudança não pode, portanto, ser vista nem como ascensão triunfante numa escala imaginária de progresso nem com o voluntarismo legalista do feminismo ou do antifeminismo liberais. A duplicidade dos «regimes» que exercem controle social sobre o comportamento das mulheres, regulado simultaneamente pelos (novos) valores modernos, transpostos para a lei, e pela (velha) moral dos costumes, reflecte-se frequentemente nos actuais debates em torno de questões éticas, do mesmo modo que o conflito entre a liberdade e a alteridade, de que falava Simone de Beauvoir, ou entre a autonomia e a feminilidade, particularmente visível nas mulheres que ocupam as posições «contraditórias» de elevado estatuto ou poder (Nogueira, 2001a, p. 335), constitui um meio de controle da mudança que se traduz, por vezes, na «permanência na e pela mudança», como afirma Bourdieu (1998, p. 98).

O género, aplicado às mulheres, aos homens, ou mesmo às relações entre eles, é incapaz de dar conta da complexidade das situações em que outras pertenças confluem, como a classe, a cor da pele, a etnia, a religião ou a orientação sexual, simplesmente porque ele não é um atributo dos indivíduos concretos, mas um saber da sociedade. Mesmo as próprias definições originais que distinguem o sexo do género, definindo-o como um código de leitura do corpo, verdadeira matéria-prima sobre a qual operava a cultura, e que se encontram nas abordagens de Connell (1987) e de Laqueur (1992), são hoje questionáveis à luz de uma visão pós-estruturalista, como a de Judith Butler (1990). Nesta perspectiva, o género constitui uma forma de naturalizar o sexo, ou a identidade sexual, através do discurso e refere-se às formas de produção da distinção entre os sexos. A direcção da causalidade é invertida, já que o género não constrói o sexo, mas é, ele próprio, um efeito de relações de poder, da acção das instituições, das práticas e dos discursos que regulam as suas formas e significados. O género passa, assim, a ser visto como um acto performativo, algo que se faz (Nogueira, 2001b), constantemente reafirmado nas interações sociais, na medida em que as formas de o reconhecer são partilhadas.

A perspectiva desconstrutivista¹⁹, desenvolvida a partir da crítica pós-moderna (Nogueira, 2001ab), tem o mérito de chamar a atenção para a força da cultura na produção dos significados de género, precavendo-nos, ao mesmo tempo, em relação às concepções totalitárias das identidades masculina e feminina (Hawkesworth, 1997). Mas, por outro lado, como salienta esta autora, aquela perspectiva não é suficientemente esclarecedora das razões que conduzem à centralidade da heterossexualidade na construção do género e à assimetria dos significados que o constituem.

¹⁹ O termo *(des)construtivismo*, utilizado nas ciências sociais, foi substituído por *construcionismo* na psicologia (v. Nogueira, 2001), para não se confundir com o construtivismo social de Piaget.

CONCLUSÃO

As the 1990s draw to a close «gender» seems to have lost its ability to startle and provoke us [Scott, 1999, p. xii].

Ao longo dos mais de trinta anos de existência do género nas ciências sociais foi difícil realizar um projecto teórico que correspondesse a uma verdadeira descentração epistemológica do dualismo associado ao sexo biológico. Neste percurso, marcado pela resistência das ideias sobre a natureza feminina (Amâncio, 2001b), as ciências sociais revelaram dificuldade em se emanciparem de um discurso dominante da modernidade. No entanto, a corrupção do género pelo sexo, que se generalizou na linguagem comum e no próprio discurso científico, diminuiu o efeito provocatório do género, na medida apenas em que a sexuação do género passou a constituir um poderoso indicador da lógica que preside à construção da diferença. Mas foi também esta deslocação do objecto, que teve lugar em várias disciplinas, que gerou a convergência das ideias que caracterizam a actual reflexão feminista. A perspectiva desconstrutivista rompeu definitivamente com a concepção do género como atributo dos homens e das mulheres concretos e tornou visível a confluência da cultura, da linguagem, das práticas e das instituições para a sua construção. Do ponto de vista das formas e conteúdos em que esta assenta, a centralidade da norma heterossexual e a assimetria dos significados emergem como elementos estruturantes. Mas para melhor compreender este processo de construção não parece possível prescindir das regularidades históricas e sociológicas que o modelo das representações sociais, nomeadamente, situa ao nível dos processos de ancoragem (Doise, 1993).

O predomínio das produções anglo-saxónica, sobretudo americana, e francesa nas referências bibliográficas utilizadas neste artigo reflecte, sem dúvida, o trânsito de ideias entre estes dois contextos e o papel activo que cada um deles desempenhou ao longo destes anos para o esforço cumulativo que marca o percurso do género nas ciências sociais²⁰. É na sequência de visitas aos Estados Unidos que Françoise Collin funda a primeira revista feminista francesa (v. nota 7) e que Christine Delphy inicia o seu trabalho

²⁰ A agressividade comercial das editoras de língua inglesa, em especial, não deixa de contribuir para uma certa hegemonia da literatura nesta língua, tornando a produção noutras línguas periférica (se não mesmo invisível, como acontece com o português). É o caso da italiana, cuja produção interna é sustentada por uma intensa actividade editorial (incluindo traduções) e que merece mais visibilidade do que tem tido até aqui (Bock e James, 1992). A referência à produção americana neste domínio também pode fazer esquecer o grande dinamismo do movimento feminista da América Latina, enquanto movimento social e intelectual, ainda pouco conhecido em Portugal.

teórico. Mas a influência do pensamento de Foucault e de Derrida e do cepticismo pós-moderno face à ciência (Nogueira, 2001a) foi decisiva para a mudança que ocorreu a partir dos anos 80 e que contribuiu para a confluência nos modos de dizer e pensar dos anos 90. Se é verdade que a existência de áreas de estudos sobre as mulheres, ou sobre o género e feministas, como vieram a chamar-se mais recentemente, criou um ambiente favorável ao debate nos países anglo-saxónicos, também é verdade que a constante renovação e transformação do pensamento feminista se ficou a dever sobretudo a uma capacidade de identificar as suas próprias contradições, a uma insatisfação e a um olhar crítico sobre a produção científica que não se encontram apenas nos países onde essas instituições existem. No caso da França, a tradição europeia do método do pensamento crítico foi, sem dúvida, decisiva. O que ressalta, no entanto, do debate teórico actual é a relação produtiva que se estabeleceu entre as diferentes tradições.

Um dos sinais da maturidade desta reflexão é a autonomia que ela manifesta, actualmente, tanto em relação às disciplinas como em relação às instituições e aos países de origem. O seu discurso teórico, onde se inclui o género, começa a surgir em obras de autores consagrados e que o ignoraram durante muito tempo, como é o caso de Bourdieu (1998). O modelo da dominação masculina, apresentado neste livro, continua, todavia, a ignorar os contributos anteriores da sociologia feminista, tanto francesa como americana, que procurámos destacar neste artigo, tornando-se assim um exemplo vivo de que é a distintividade do autor que consagra a teoria, e não a substância da mesma. Mas, por outro lado, a mudança que o feminismo trouxe na forma de fazer ciência ultrapassou as fronteiras das ciências sociais, estendendo-se a outras áreas, onde gerou novos olhares sobre os objectos de estudo, como na medicina, na biologia ou no estudo dos primatas (Schiebinger, 1999). Como mostram os exemplos analisados por esta autora, a ruptura com a ideia da neutralidade da ciência em relação ao sexo e o próprio conceito de género foram importantes para a mudança nos pressupostos e nos métodos.

Este movimento de expansão e difusão da reflexão feminista não é acompanhado pelo distanciamento em relação à palavra *feminista*, como uma leitura superficial desta evolução poderia levar a pensar. Na verdade, é precisamente o contrário que acontece. Há, pelo menos, duas razões para a generalização de um qualificativo do discurso teórico que ainda pode parecer deslocado para alguns. Em primeiro lugar, e sobretudo no caso dos autores mulheres, a afirmação do termo é um acto de resistência face ao significado pejorativo e de censura para com todas aquelas que ousavam pensar-se e pensar o mundo com que o termo nasceu no século XIX e que carrega até hoje. Na ciência, como noutros domínios até há pouco tempo, essa ousadia era sentida como uma ameaça pelo meio envolvente e acarretava dificuldades de integração e

outros riscos para a imagem das mulheres. A outra razão, porém, não tem que ver com as mulheres em particular. Trata-se de assumir um compromisso político claro numa profissão que durante muito tempo envolveu as orientações ideológicas e os preconceitos que orientavam as suas práticas sob um manto de neutralidade que a crítica feminista não se cansou de denunciar. Esta postura crítica não deixa de ser um efeito positivo do distanciamento do movimento das mulheres em relação ao poder e da relativa marginalidade da reflexão feminista no seio das instituições académicas. O termo serve, portanto, para afirmar o projecto de conhecimento emancipatório que deu origem ao conceito de género, e não quaisquer pertenças totalizantes de quem para ele contribui...

[...] ce n'est donc pas du sexe de la théoricienne ou du théoricien qu'il s'agit, mais du genre de la théorie... [Christine Delphy, 1998, p. 25].

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (1986), *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais (Actas do Colóquio)*, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- AA.VV. (1986), «Mulheres em Portugal. Comunicações ao colóquio organizado pelo Instituto de Ciências Sociais», in *Análise Social*, vol. XXII, n.ºs 92-93.
- AGACINSKI, S. (1998), *Política dos Sexos*, Oeiras, Celta, trad. portuguesa, 1999.
- ALMEIDA, J. F. de, MACHADO, F. L., CAPUCHA, L., e TORRES, A. C. (1995), *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta.
- ALMEIDA, M. V. de (1995), *Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa, Fim de Século.
- ALMEIDA, M. V. de, AMÂNCIO, L., PEREZ, R., e WALL, K. (1996), «O género nas ciências sociais: interdisciplinaridade, inovação e crítica», in *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Novos Olhares. Actas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, vol. II, Lisboa, Universidade Lisboa, ICS, col. «Estudos e Investigações», n.º 7, pp. 129-144.
- AMÂNCIO, L. (1989), *Factores Psicossociológicos da Discriminação da Mulher no Trabalho*, dissertação de tese de doutoramento, ISCTE.
- AMÂNCIO, L. (1994), *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*, Porto, Afrontamento.
- AMÂNCIO, L. (1998a), «O feminismo português no final do século XX. Um olhar sobre o passado ausente e a promessa de futuro», comunicação apresentada no seminário sobre «O feminismo em Portugal», organizado pela UMAR, Lisboa.
- AMÂNCIO, L. (1998b), «Sexismo e racismo — dois exemplos de exclusão do outro», in Henrique Gomes de Araújo, Paula Mota Santos e Paulo Castro Seixas (coords.), *Nós e os Outros. A Exclusão em Portugal e na Europa*, Porto, SPAE.
- AMÂNCIO, L. (2001a), «O género na psicologia: uma história de desencontros e rupturas», in *Psicologia*, vol. XV (1), pp. 9-25.
- AMÂNCIO, L. (2001b), «Mitos e racionalidades sobre a 'natureza' feminina», in M. L. Ribeiro Ferreira (org.), *Pensar no Feminino*, Lisboa, Edições Colibri.
- ANDRÉ, I. M. (1993), *O Falso Neutro em Geografia Humana. Género e Relação Patriarcal no Emprego e no Trabalho Doméstico*, dissertação de tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

- ARAÚJO, Helena C. (2000), *Pioneiras na Educação. As Professoras Primárias na Viragem do Século 1870-1933*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, trad. portuguesa da dissertação de doutoramento *The Construction of Primary Teaching as Women's Work in Portugal, 1870-1933*, Universidade Aberta, 1993.
- BADEN, S., e GOETZ, A. M. (1997), «Who needs [sex] when we can have [gender]? Conflicting discourses on gender at Beijing», in *Feminist Review*, n.º 56, pp. pp. 3-25.
- BARRETO, A. (org.) (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Universidade de Lisboa, ICS.
- BEAUVOIR, S. de (1968), *Le deuxième sexe*, Paris, Gallimard (1.ª ed., 1949).
- BELEZA, M. T. P. (1988), «'Mulheres e crime'. O sistema penal e a construção do género», in *Revista do Ministério Público*, n.ºs 33-34, pp. 29-47.
- BELEZA, M. T. P. (1993), *Mulheres, Direito e Crime ou a Perplexidade de Cassandra*, dissertação de tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito.
- BELEZA, M. T. P. (1997), «Desigualdade e diferença no direito português», in *Actas dos 3.ºs Cursos de Verão de Cascais*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, vol. 1, pp. 179-190.
- BERNARD, J. (1998), «My four revolutions: an autobiographical history of the ASA», in K. A. Meyers, C. D. Anderson e B. J. Risman (orgs.), *Feminist Foundations. Toward Transforming Sociology*, Califórnia, Sage.
- BOCK, G., e JAMES, S. (1992), «Introduction: contextualizing equality and difference», in G. Bock e S. James (eds.), *Beyond Equality and Difference*, Londres, Routledge.
- BOURDIEU, P. (1998), *La domination masculine*, Paris, Seuil.
- BUTLER, J. (1990), *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*, Nova Iorque, Routledge.
- CHAPERON, S. (1997), «Les voies politiques de la parité: débats», in J. Martin (org.), *La parité. Enjeux et mise en oeuvre*, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail.
- CHAPERON, S. (2000), *Les années Beauvoir 1945-1970*, Paris, Fayard.
- COLLIN, F. (1995), «Diferença e diferendo», in Georges Duby e Michelle Perrot (orgs.), *História das Mulheres*, vol. 5, trad. portuguesa, Porto, Afrontamento (1.ª ed., 1991).
- COMISSÃO CALOUSTE GULBENKIAN (1996), *Para Abrir as Ciências Sociais*, relatório da Comissão Gulbenkian sobre a Reestruturação das Ciências Sociais, Lisboa, Publicações Europa-América.
- CONNELL, R. W. (1987), *Gender & Power*, Cambridge, Polity Press.
- CONNELL, R. W. (1994), «The state, gender and sexual politics: theory and appraisal», in H. L. Radtke e H. J. Stam (orgs.), *Power/Gender. Social Relations in Theory and Practice*, Londres, Sage.
- CONNELL, R. W. (1994), «Gender regimes and the gender order», in *The Polity Reader in Gender Studies*, Cambridge, Polity Press.
- COVA, A. (1997), *Maternité et droits des femmes en France (xix^e, xx^e siècles)*, Paris, Anthropos.
- COVA, A. (1998a), «L'enseignement de l'histoire des femmes dans la Péninsule Ibérique», in A.-M. Sohn e F. Thélamon (orgs.), *L'Histoire sans les femmes est-elle possible?*, Paris, Perrin.
- COVA, A. (1998b), «O conceito de feminismo numa perspectiva histórica», in M. B. Nizza da Silva e A. Cova (orgs.), *Estudos sobre as Mulheres*, Universidade Aberta, CEMRI.
- DAVIS, K. (1991), «Critical sociology and gender relations», in K. Davis, M. Leijenaar e J. Oldersma (orgs.), *The Gender of Power*, Londres, Sage.
- DAVIS, K., e GREMMEN, I. (1998), «In search of heroines: some reflections on normativity in feminist research», in *Feminism & Psychology*, 8 (2), pp. 133-153.
- DELPHY, C. (1991), «Penser le genre: quels problèmes?», in M.-C. Hurtig, M. Kail e H. Rouch (orgs.), *Sexe et genre. De la hiérarchie entre les sexes*, Paris, Editions du CNRS.
- DELPHY, C. (1998), *L'Ennemi principal. Économie politique du patriarcat*, Paris, Éditions Syllepse.
- DOISE, W. (1993), «Debating social representations», in G. Breakwell e D. C. Canter (eds.), *Empirical Approaches to Social Representations*, Oxford, Clarendon Press.

- DUBY, G., e PERROT, M. (1993), «Escrever a história das mulheres», in G. Duby e M. Perrot (orgs.), *História das Mulheres*, vol. 1, trad. portuguesa, Porto, Afrontamento (1.ª ed., 1990).
- FALUDI, S. (1991), *Backlash. The Undeclared War against American Women*, Nova Iorque, Crown Publishers.
- FARIA, S. (2000), «Sobre o (difícil) trânsito feminino para o espaço do poder político», in J. M. Leite Viegas e E. Costa Dias (orgs.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta.
- FERREIRA, M. L. Ribeiro (1998) (org.), *O Que os Filósofos Pensam sobre as Mulheres*, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- FERREIRA, M. L. Ribeiro (2001a), «Reflexões sobre o conceito de género», in M. L. Ribeiro Ferreira (org.), *Pensar no Feminino*, Lisboa, Edições Colibri.
- FERREIRA, M. L. Ribeiro (2001b) (org.), *Também Há Mulheres Filósofas*, Lisboa, Caminho.
- FERREIRA, V. (1998), «Engendering Portugal: social change, state politics and women's social mobilization», in Costa Pinto (ed.), *Modern Portugal*, California, Palo Alto, The Society for the Promotion of Science and Scholarship.
- FIRESTONE, S. (1970), *The Dialectic of Sex. The Case for Feminist Revolution*, Nova Iorque, Bantam Books.
- FLAX, J. (1992), «Beyond equality: gender, justice and difference», in G. Bock e S. James (eds.), *Beyond Equality and Difference*, Londres, Routledge.
- FRAISSE, G. (1995), *Muse de la raison. Démocratie et exclusion des femmes*, Paris, Gallimard.
- FRAISSE, G. (1996), *La différence des sexes*, Paris, PUF.
- FRIEDAN, B. (1963), *The feminine mystique*, Nova Iorque, W. W. Norton.
- FRIEDMANN, J. (1992), *Empowerment. Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, trad. portuguesa, Oeiras, Celta, 1996.
- GAGO, J. M. (1990), *Manifesto para a Ciência em Portugal*, Lisboa, Gradiva.
- GORJÃO, V. N. (2000), *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo (1945-1974)*, dissertação de tese de mestrado, Universidade de Lisboa, ICS.
- GUILLAUMIN, C. (1981), «Femmes et théories de la société: remarques sur les effets théoriques de la colère des opprimées», in *Sociologie et sociétés*, vol. 13, n.º 2, pp. 19-31.
- GUILLAUMIN, C. (1992), «Pratique du pouvoir et l'idée de nature», in *Sexe, race et pratique du pouvoir. L'Idée de nature*, Paris, Côté-Femmes, reprod. do art. ed. em *Quéstions féministes*, n.ºs 2 e 3, Fevereiro-Maio de 1978.
- GUILLAUMIN, C. (1992), «Question de différence», in *Sexe, race et pratique du pouvoir. L'Idée de nature*, Paris, Côté-Femmes.
- GUILLAUMIN, C. (1992), «Masculin général, masculin banal», in *Sexe, race et pratique du pouvoir. L'Idée de nature*, Paris, Côté-Femmes.
- HARDING, S. (1986), *The Science Question in Feminism*, Nova Iorque, Cornell University Press.
- HAWKESWORTH, M. (1989), «Knowers, knowing, known: feminist theory and claims of truth», in *Signs. The Journal of Women in Culture and Society*, vol. 14, n.º 3, pp. 533-557.
- HAWKESWORTH, M. (1997), «Confounding gender», in *Signs. The Journal of Women in Culture and Society*, vol. 22, n.º 3, pp. 649-685.
- HUFTON, O. (1994), «Mulheres, trabalho e família», in Georges Duby e Michelle Perrot (orgs.), *História das Mulheres*, vol. 3, Porto, Afrontamento, trad. portuguesa (1.ª ed., 1991).
- JESUÍNO, J. C. (1995), «Introdução», in J. Correia Jesuíno (coord.), *A Comunidade Científica Portuguesa nos Finais do Século XX*, Oeiras, Celta.
- JOAQUIM, T. (1997), *Menina e Moça. A Construção Social da Feminilidade*, Lisboa, Fim de Século.
- KELLER, E. F., e LONGINO, H. E. (1996), «Introduction», in E. Fox Keller e H. E. Longino (eds.), *Feminism & Science*, Oxford, Oxford University Press.
- LAQUEUR, T. (1992), *La fabrique du sexe*, Paris, Gallimard, trad. francesa (1.ª ed., 1990).
- LEFAUCHEUR, N., e SCHWARTZ, O. (orgs.), *La place des femmes: les enjeux de l'identité et de l'égalité au regard des sciences sociales*, Paris, Éditions La Découverte.

- MAGALHÃES, M. J. (1998), *Movimento Feminista e Educação, Portugal, Décadas de 70 e 80*, Oeiras, Celta.
- MARSHALL, B. L. (1994), *Engendering Modernity. Feminism, Social Theory and Social Change*, Cambridge, Polity Press.
- MATHIEU, N.-C. (1991), «Notes pour une définition sociologique des catégories de sexe», in *L'Anatomie politique, catégorisations et idéologies du sexe*, Paris, Côté-Femmes.
- MATHIEU, N.-C. (1991), «Identité sexuelle/sexuée/de sexe? Trois modes de conceptualisation du rapport entre sexe et genre», in *L'Anatomie politique, catégorisations et idéologies du sexe*, Paris, Côté-Femmes.
- MEAD, M. (1968), *Male and Female*, Nova Iorque, Laurel (1.^a ed., 1949).
- MILL, J. S. (1989), «On the subjection of women», in Stefan Collini (ed.), *John Stuart Mill on Liberty and Other Writings*, Cambridge, Cambridge University Press (1.^a ed., 1869).
- MILLET, K. (1977), *Sexual Politics*, Londres, Virago Press (1.^a ed., 1970).
- MOI, T. (1994), *Simone de Beauvoir, The Making of an Intellectual Woman*, Oxford, Blackwell.
- MÓNICA, M. F. (1978), *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença.
- MOSCOVICI, S. (1979), *Psychologie des minorités actives*, Paris, PUF.
- MEYERS, K. A., ANDERSON, C. D., e RISMAN, B. J. (1998), «Introduction: bridging the gaps in feminist sociology», in K. A. Meyers, C. D. Anderson e B. J. Risman (orgs.), *Feminist Foundations. Toward Transforming Sociology*, Califórnia, Sage.
- MOTTIER, V., SGIER, L., e BALLMER-CAO, T.-H. (2000), «Présentation», in T.-H. Ballmer-Cao, L. Sgier e V. Mottier (orgs.), *Genre et politique. Débats et perspectives*, Paris, Gallimard.
- MOUFFE, C. (2000), «Féminisme, citoyenneté et démocratie plurielle», in T.-H. Ballmer-Cao, L. Sgier e V. Mottier (orgs.), *Genre et politique. Débats et perspectives*, Paris, Gallimard.
- NIZZA DA SILVA, B., e COVA, A. (1998) (orgs.), *Estudos sobre as Mulheres*, Universidade Aberta, CEMRI.
- NOGUEIRA, M. da C. (2001a), *Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género. Perspectiva Feminista Crítica na Psicologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- NOGUEIRA, M. da C. (2001b), «Construcionismo social, discurso e género», in *Psicologia*, vol. xv (1), pp. 43-65.
- NOGUEIRA, M. da C., e SILVA, I. (2001), *Cidadania. Construção de Novas Práticas em Contexto Educativo*, Lisboa, Edições Asa.
- OAKLEY, A. (1972), *Sex, Gender and Society*, Londres, Temple Smith.
- OAKLEY, A. (1997), «A brief history of gender», in A. Oakley e J. Mitchell (orgs.), *Who's Afraid of Feminism? Seeing through the Backlash*, Londres, Hamish Hamilton.
- OFFEN, K. (1988), «Defining feminism: a comparative historical approach», in *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol. 14, n.º 1, pp. 121-157.
- OLDERSMA, J., e DAVIS, K. (1991), «Introduction», in K. Davis, M. Leijenaar e J. Oldersma (orgs.), *The Gender of Power*, Londres, Sage.
- PARSONS, T. (1956), «Family structure and the socialization of the child», in T. Parsons e R. Bales (orgs.), *Family, Socialization and the Interaction Process*, Londres, Routledge.
- PAIS, E. M. H. D. (1998), *Homicídio Conjugal em Portugal. Rupturas Violentas da Conjugalidade*, Lisboa, Hugin.
- PINA CABRAL, J. (1993), «A lei e a paternidade: as leis de filiação portuguesas vistas à luz da antropologia social», in *Análise Social*, vol. xxviii (123-124), 4-5, pp. 975-997.
- PHILLIPS, A. (2000), «Espaces publics, vies privées», in T.-H. Ballmer-Cao, L. Sgier e V. Mottier (orgs.), *Genre et politique. Débats et perspectives*, Paris, Gallimard.
- PIMENTEL, I. F. (2000), *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Platform for Action and the Beijing Declaration*, U. N., Department of Public Information, 1996, trad. portuguesa, CIDM, Presidência do Conselho de Ministros, 1997.

- ROSALDO, M. Z. (1987), «Moral/analytic dilemmas posed by the intersection of feminism and social sciences», in P. Rabinow e W. M. Sullivan (orgs.), *Interpretive Social Sciences*, Berkeley, University of California Press.
- ROSSI, A. (1998), «Equality between the sexes: an immodest proposal», in K. A. Meyers, C. D. Anderson e B. J. Risman (orgs.), *Feminist Foundations. Toward Transforming Sociology*, Califórnia, Sage, reed. do art. publicado em *Daedalus*, vol. 93, p. 2, 1964.
- SANTOS, B. S. (1988), *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto, Afrontamento.
- SANTOS, B. S. (1991), «Ciência», in M. M. Carrilho (org.), *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- SANTOS, B. S. (1998), *Reinventar a Democracia*, Lisboa, Gradiva.
- SANTOS, B. S. (2000), *Crítica da Razão Indolente. Contra o Desperdício da Experiência*, Porto, Edições Afrontamento.
- SAINSBURY, D. (2000), «Les droits sociaux des femmes et des hommes», in T.-H. Ballmer-Cao, L. Sgier e Veronique Mottier (orgs.), *Genre et politique. Débats et perspectives*, Paris, Gallimard.
- SCHIEBINGER, L. (1999), *Has Feminism Changed Science?*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- SCOTT, J. W. (1988a), «Gender: a useful category of historical analysis», in *Gender and the Politics of History*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- SCOTT, J. W. (1988b), «Women's history», in *Gender and the Politics of History*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- SCOTT, J. W. (1988c), «Introduction», in *Gender and the Politics of History*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- SCOTT, J. W. (1998), *La citoyenne paradoxale. Les féministes françaises et les droits de l'homme*, Paris, Albin Michel, trad. francesa (1.^a ed., 1996).
- SCOTT, J. W. (1999a), «Preface to the revised edition», in *Gender and the Politics of History*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- SCOTT, J. W. (1999b), «Some more reflections on gender and politics», in *Gender and the Politics of History*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- SEDAS NUNES (1968), «A população universitária portuguesa: uma análise preliminar», in *Análise Social*, vol. VI, n.^{os} 22-24, pp. 386-474.
- STAUDT, K. (1991), *Managing Development and International Contexts*, Califórnia, Sage.
- STEWART, A. J., SETTLES, I. H., e WINTER, N. J. G. (1998), «Women and the social movements in the 60s: activists, engaged observers and nonparticipants», in *Political Psychology*, vol. 19, n.^o 1, pp. 63-93.
- TAVARES, M. (2000), *Movimentos de Mulheres em Portugal. Décadas de 70 e 80*, Lisboa, Livros Horizonte.
- TOCQUEVILLE, de (1986), *De la démocratie en Amérique*, II, Paris, Folio/Histoire (1.^a ed., 1840).
- TOMASEVSKI, K. (1998), «Rights of women: from prohibition to elimination of discrimination», in *International Social Science Journal*, n.^o 158, pp. 545-558.
- TORRES, A. C. (1996), *Divórcio em Portugal. Ditos e Interditos*, Oeiras, Celta.
- TORRES, A. C. (2000), *Trajectórias, Dinâmicas e Formas de Conjugalidade. Assimetrias Sociais e de Género no Casamento*, dissertação da tese de doutoramento, ISCTE.
- TOURAINÉ, A. (1997), *Pourrons-nous vivre ensemble? Égaux et différents*, Paris, Fayard.
- TOURAINÉ, A., e KHOSROKHAVAR, F. (2000), *La recherche de soi*, Paris, Fayard.
- UNGER, R. K. (1979), «Toward a redefinition of sex and gender», in *American Psychologist*, 34, pp. 1085-1094.
- VALA, J. (1986), «Sobre as representações sociais — para uma epistemologia do senso comum», in *Cadernos de Ciências Sociais*, 4, pp. 5-30.
- VICENTE (1998), *As Mulheres em Portugal na Transição do Milénio. Valores — Vivências — Poderes nas Relações Sociais entre os Dois Sexos*, Lisboa, Multinova.
- VIEGAS, J. M., e FARIA, S. (1999), *As Mulheres na Política*, Lisboa, Imprensa Nacional.

- VOET, R. (1998), *Feminism and Citizenship*, Londres, Sage.
- WALBY, S. (2000), «La citoyenneté est-elle sexuée?», in T.-H. Ballmer-Cao, L. Sgier e V. Mottier (orgs.), *Genre et politique. Débats et perspectives*, Paris, Gallimard.
- WAYLEN, G. (2000), «Le genre, le féminisme et l'État: un survol», in T.-H. Ballmer-Cao, L. Sgier e V. Mottier (orgs.), *Genre et politique. Débats et perspectives*, Paris, Gallimard.
- Weedon, C. (1999), *Feminism, Theory and the Politics of Difference*, Oxford, Blackwell.
- WOLLSTONECRAFT, M. (1975), *A Vindication of the Rights of Women*, Londres, Pelican Books (1.^a ed., 1792).
- YUVAL-DAVIS, N. (1997), *Gender & Nation*, Londres, Sage.
- ZIMAN, J. (1998), «Human brickwork in the social science bridge», in *The Social Science Bridge*, Ministério da Ciência e da Tecnologia, OCT.
- ZUCKERMAN, H., COLE, J. R., e BRUER, J. T. (eds.) (1991), *The Outer Circle. Women in the Scientific community*, N. I., W. W. Norton & Company.